

Avanços e retrocessos na trajetória das políticas de combate à fome no Brasil

Anna Maria Peliano

IEA/USP

São Paulo, Abril de 2011

1º Ato: Os primórdios das políticas de alimentação e nutrição no âmbito das políticas trabalhistas do Governo Vargas

No SAPS originaram-se: (a) a criação de restaurantes populares; (b) o fornecimento de uma refeição matinal para os filhos dos trabalhadores (embrião da merenda escolar); (c) um auxílio alimentar durante o período de trinta dias ao trabalhador enfermo ou desocupado (transformado em auxílio-doença);

Cont...

A criação de postos de subsistência para venda, a preços de custo, de alguns gêneros de primeira necessidade; o serviço de visitação domiciliar junto   residência dos trabalhadores; e os cursos para visitantes e auxiliares técnicos de alimenta o.

2º Ato

De meados dos anos setenta ao final da década de noventa – o que foi bom não funcionou e o que funcionou não foi bom.

“Os alimentos se distribuem com a renda e esta se distribui com o poder políticos e com a capacidade de auto-defesa de cada um dos grupos sociais. A solução dos problemas de alimentação, bem como dos demais problemas sociais escapa do campo “racional” dos tecnocratas para o campo político. E só encontrará soluções se o campo político for o do debate, o da participação, o da defesa legítima dos interesses de todas as camadas da população”. Anna Peliano. Julho/83. UNB

No final dos anos oitenta, o “Governo Federal operava 12 programas de alimentação e nutrição que juntos gastaram mais de U\$ 1 bilhão em 1989. Durante a década, os investimentos nessa área apresentaram uma tendência de crescimento. Entretanto, o maior aporte de recursos não foi acompanhado de um aprimoramento, ou racionalização da intervenção estatal”. Anna Peliano e Nathalie Beghin.

“Os recursos destinados ao setor ainda que crescentes, estiveram sempre muito aquém das reais necessidades da população brasileira, se dimensionados em relação ao déficit alimentar dado pelo nível do poder aquisitivo da classe trabalhadora”.

Cont...

“Enquanto instrumento de redistribuição de renda, pode-se admitir que o impacto dos programas específicos de alimentação foi absorvido pela “Política de Desalimentação”, decorrente dos ajustes implementados no setor econômico” . Anna Peliano. IPE/USP/UNICEF. 1988

3º Ato

As reviravoltas dos anos noventa

“Parece não haver mais indignação viver em um país em que mais da metade de suas crianças pertencem a famílias que não têm poder aquisitivo suficiente para garantir a satisfação de suas necessidades essenciais. Pergunta-se, agora, se deve ou não o setor público contribuir para a melhoria dos padrões alimentares através da distribuição gratuita ou subsidiada de alimentos”.

Cont...

“Esquece-se que o inadmissível é a necessidade deste tipo de intervenção nas dimensões observadas, e não na própria intervenção; de que o injustificável é o descumprimento das diretrizes recomendadas e das metas anunciadas, além da não mobilização dos recursos financeiros e do suporte político necessários”.

Anna Peliano. IPEA. Abril/1992

A ação contra a fome é “credora de três grandes contribuições para tornar a sociedade brasileira mais democrática e justa: a) ter politizado o problema da fome; b) ter logrado uma mobilização da sociedade civil que encontra poucos antecedentes na história recente; e, c) ter ampliado, através do CONSEA, a participação cidadã na formulação e controle das políticas públicas”.

“As contribuições estiveram quase que exclusivamente limitadas à esfera das políticas compensatórias. Esta constatação merece duas leituras. A primeira, positiva, salienta que essa distribuição rompeu a inércia secular da sociedade brasileira diante do problema da fome e, paralelamente, permitiu dar uma resposta, ainda que parcial e de curtíssimo prazo, ao flagelo da falta de alimentação das populações miseráveis”.

“A segunda leitura enfatiza o lado negativo dessa concentração em políticas compensatórias: não se utilizou a mobilização da sociedade civil e a influência lograda, pelo CONSEA na ação governamental, para a formulação de políticas que gerassem mudanças estruturais que permitissem reduzir a necessidade de políticas compensatórias”. E conclui: “toda conquista social é relativa: avançou-se, mas poder-se-ia ter avançado mais” Balanço realizado pelo IPEA. Dez./94

Avaliação nos municípios mais pobres apontou avanços na convergência e integração intersetorial de programas, especialmente entre as áreas de alimentação, saúde e educação. É a essa integração que se creditou, em grande parte, uma queda de 54% das internações e de 68% nos óbitos de crianças menores de 5 anos por deficiências nutricionais, no período 1994/97. IBAM/IPEA/PNUD. 1998

Apesar dos avanços, a década se encerrou com a presença de várias das dificuldades tradicionais: falta de prioridade política, recursos insuficientes para garantir um atendimento mais adequado, ausência de uma política mais agressiva na área do abastecimento popular, falta de flexibilidade para atender as demandas das comunidades locais e de um efetivo controle e participação da sociedade.

4º Ato

O Governo Lula: o reconhecimento de reivindicações históricas e o coroamento do direito à alimentação

Os Quatro Eixos da Estratégia do Fome Zero

1. Acesso aos alimentos

2. Fortalecimento da agricultura familiar

3. Geração de renda

4. Articulação, mobilização e controle social

Ao final do mandato do presidente Lula, os avanços no combate à fome são reconhecidos não só internamente como internacionalmente. Os indicadores sociais divulgados reforçam o otimismo generalizado. O número de pessoas extremamente pobres reduziu-se, nessa primeira década do século, em 47%. A desnutrição desceu a patamares de países desenvolvidos.

Não há motivos para acomodações. O Brasil ainda é um país extremamente desigual, convive com um contingente de 20 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza, em um terço dos domicílios não é garantida a segurança alimentar e, nas regiões mais pobres, a desnutrição atinge patamares ainda elevados.

No campo das políticas públicas, o desafio é consolidar a questão alimentar e nutricional entre as prioridades nacionais, avançar no aprimoramento e na integração dos diversos programas governamentais, obter a adesão dos governos subnacionais, fortalecer a mobilização nacional, e garantir participação e o controle social.

Urge, enfim, reavaliar profundamente todos os acertos e erros cometidos ao longo do tempo e elevar as políticas de governo ao patamar de política de Estado, de garantia do direito humano à alimentação. O espetáculo tem que continuar.